

IMPARCIALIDADE DA JURISDIÇÃO
PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS
DO PROCESSO PENAL

Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo

EDITORA ● SINGULAR

São Paulo – 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**Lucas Carlos de Oliveira Silva CRB-8/9824**

P685i Pitombo, Sergio Marcos de Moraes.
Imparcialidade da jurisdição : problemas contemporâneos do processo penal /
Sergio Marcos de Moraes Pitombo. – São Paulo: Singular, 2018.
132 p.; 23 cm.

ISBN: 978-85-53066-09-4

1. Direito processual penal. 2. Imparcialidade do juiz. 3. Imparcialidade. I.
Título.

CDU 343.2

CDD 341.5

Revisão: Paula Peres

Diagramação: Microart Design Editorial

Capa: José Barki

© Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo

© desta edição [2018]

EDITORIA SINGULAR

Visite nosso site

www.editorasingular.com.br

e-mail

singular@editorasingular.com.br

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1139778

SUMÁRIO

| | |
|---------------------|----|
| Agradecimentos..... | 7 |
| Introdução..... | 11 |

**PARTE I
PROPOSTA DE DEBATE**

| | |
|---------------------------------------|----|
| Capítulo 1 – A problemática | 15 |
| 1.1 Perspectiva histórica..... | 15 |
| 1.2 Os problemas contemporâneos | 21 |

**PARTE II
BASE DOGMÁTICA NECESSÁRIA PARA
O ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES**

| | |
|--|----|
| Capítulo 2 – Imparcialidade do Juiz | 29 |
| 2.1 Tratados internacionais..... | 29 |
| 2.2 Constituição da República Federativa do Brasil | 40 |
| 2.3 Código de Processo Penal..... | 46 |
| 2.4 Do conceito de imparcialidade judicial..... | 52 |
| Capítulo 3 – Juiz Natural | 57 |
| 3.1 Tribunal de Segurança Nacional, mau exemplo na história brasileira.. | 57 |
| 3.2 Perspectiva constitucional do juiz natural..... | 62 |
| 3.3 Pré-constituição do juiz ou tribunal pelas normas reguladoras de jurisdição e competência, antes do cometimento da infração penal..... | 66 |
| Capítulo 4 – Iniciativa Instrutória do Juiz Penal..... | 79 |

10 **Imparcialidade da jurisdição: problemas contemporâneos do processo penal**

| | | |
|-----|--|----|
| 4.1 | Breve síntese das premissas..... | 79 |
| 4.2 | Devido processo legal e “paridade de armas”..... | 83 |
| 4.1 | Inquisitividade inerente ao processo penal..... | 86 |

PARTE III**AS TESES**

| | |
|---|-----|
| Capítulo 5 – Proteção dos sujeitos do processo penal no tocante à pré-concepção do magistrado | 93 |
| 5.1 O espírito de neutralidade..... | 93 |
| 5.2 Espécies possíveis de pré-concepção..... | 96 |
| 5.3 Exteriorização de pré-concepção e respectiva prova..... | 100 |
| Capítulo 6– A desvinculação subjetiva do juiz penal quanto às próprias decisões e sentenças | 103 |
| 6.1 Opinião pública | 103 |
| 6.2 Internet, redes sociais e pressão sobre o juiz criminal | 106 |
| 6.3 O interesse pessoal e a respectiva prova..... | 108 |

PARTE IV**CONCLUSÕES**

| | |
|--------------------|-----|
| Conclusões | 115 |
| Bibliografia | 125 |